



TREINAMENTOS EM GESTÃO PÚBLICA

CONVIDA

**Curso em CURITIBA – PR**

**Dias 13, 14, 15 e 16  
de Agosto de 2024.**

**MODO  
CLÁSSICO**

**TEMAS:**

**RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL DA  
CÂMARA MUNICIPAL X JUSTIÇA  
ELEITORAL EM ANO ELEITORAL.**

**PRERROGATIVAS E CUIDADOS NA PUBLICIDADE OFICIAL  
E A COMUNICAÇÃO EM ANO ELEITORAL APLICÁVEL AOS  
MUNICÍPIOS, E ORIENTAÇÕES SOBRE A LEI 14133/21.**

[www.nstreinamentos.com.br](http://www.nstreinamentos.com.br)

# Programação

> **Dia 13/08/2024 – Das 15:00h as 17:00h**

- Inscrições e credenciamento dos alunos.

> **Dia 14/08/2024 – Das 09:00h as 12:00h**

- Confirmação de Inscrições e credenciamento dos alunos. Entrega das Apostilas e material de apoio. Abertura do Evento com exposição dos temas a serem abordados.

> **Dia 14/08/2024 – Das 14:00h as 17:00h**

- Relacionamento Institucional Câmara Municipal X Justiça Eleitoral em ano eleitoral.
- Professor: Dr. Bruno Grego.

> **Dia 15/08/2024 – Das 09:00h as 11:30h**

- Prerrogativas e cuidados na publicidade Oficial e Comunicação em ano eleitoral aplicável aos Municípios.
- Professor: Dr. Bruno Grego.

> **Dia 15/08/2024 – Das 09:00h as 11:30h**

- Prerrogativas e cuidados na publicidade Oficial e Comunicação em ano eleitoral aplicável aos Municípios.
- Professor: Dr. Bruno Grego.

> **Dia 16/08/2024 – Das 09:00h as 11:00h**

Espaço para debates, dúvidas, temas livres e encerramento com entrega dos diplomas.



Professor: Normélio Schneider.

> **Coordenadoras:**



Angélica Letícia Moura



Jakeline Battisti



Elizabeth Lopes.

**INSCRIÇÕES:**

Site: [www.nstreinamentos.com.br](http://www.nstreinamentos.com.br)

Telefones:

(45) 99934-1188- Normélio

(45) 99837-0304 - Angélica

(45) 99989-0604 - Jakeline

E-mail: [contato@nstreinamentos.com.br](mailto:contato@nstreinamentos.com.br)

# Temário

**TEMA 1: RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL DA CÂMARA MUNICIPAL X JUSTIÇA ELEITORAL EM ANO ELEITORAL**

- Estrutura Organizativa da Justiça Eleitoral;
- Relativização dos Direitos Políticos;
- Câmara Municipal X Justiça Eleitoral – limites de atuação;
- Limites de atuação judicial referente aos atos legislativos;
- Competência da Mesa Diretora para propositura de Ações Judiciais;
- Ministério Público e a importância dos termos de ajustamento de conduta em crimes eleitorais;
- Responsabilidade de denúncias na função de fiscalizar do Legislativo Municipal.
- Condutas vedadas de Servidores, Assessores e demais agentes públicos Municipais no desempenho de suas funções em período eleitoral.
- Lei Eleitoral (9.504/1997)
- Resoluções do TSE/2024 – Regulam as eleições municipais em 2024.

**TEMA 2: PRERROGATIVAS E CUIDADOS NA PUBLICIDADE OFICIAL E COMUNICAÇÃO EM ANO ELEITORAL APLICÁVEL AOS MUNICÍPIOS, E ORIENTAÇÕES SOBRE A LEI 14.133/21.**

- Princípio Constitucional;
- Incidência da Legislação Local no Período Eleitoral;
- **LC 131/2009 – Transparência Pública;**
- **Lei 12.527/2011 – Acesso a Informação;**
- **Lei 13.460/2017 – Direito dos Usuários;**
- **Lei 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados;**
- **Lei 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos**
- Poder de Polícia;
- Cuidados com a Participação Popular;
- Expedição de Instruções e Normativas;
- Publicidade Obrigatória nos Órgãos Municipais;
- Publicidade Facultativa nos Órgãos Municipais;
- Meios de Veiculação por Mídia Eletrônica Oficial (Face, Site, Instagram, Blog e outros);
- Meios de Veiculação através de terceirizados;
- Limitação de Gastos com Publicidade e Bens Públicos;
- Proibições com a Promoção Pessoal e Abusos de Poder;
- Crimes Eleitorais.

> **VALOR DA INSCRIÇÃO: R\$ 1.890,00.**

Incluso material de apoio, apostilas, certificado e coffee break.

Depósito em nome de:  
NS TREINAMENTOS EM GESTAO  
PUBLICA LTDA.

CNPJ 12.137.995/0001-16

PIX: 12.137.995/0001-16

AG 0959-8 - C/C 38019-9

Banco do Brasil

**LOCAL: Hotel Nikko.**  
**Rua: Barão do Rio Branco – 546**  
**Curitiba – PR.**  
**41-2105-1808**

**Obs: Entrega de Certificado**  
**somente com mínimo de**  
**75% de participação.**



**Público-alvo:** Dirigentes e Gestores de Entidades Públicas Municipais, Servidores ligados à contabilidade, orçamento, finanças, planejamento, licitações, controle interno, recursos humanos, comissões em geral, bem como aos Prefeitos, Presidentes, Vereadores e Assessores Parlamentares.

### **CURRICULUM: Dr. Bruno Grego Santos**



Doutor em Direito do Estado, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com estágio de Doutorado na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e intercâmbio acadêmico na University of Notre Dame na Austrália. Advogado, Professor da Escola de Direito da PUC/Pr, Procurador Municipal, Presidente da Comissão de Advocacia Pública da OAB Maringá, Membro da Comissão do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública, Pesquisador da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco/USP, Membro do Grupo de Discussão Comparative Administrative Law Initiative da Yale Law School e Membro acadêmico da Procurement Law Academic Network, Vencedor do VII Prêmio Innovare na categoria Advocacia Laurea Acadêmica da Universidade Estadual de Maringá e Menção Honrosa do Prêmio Francisco Cunha Pereira Filho.

### **> OBJETIVO:**

A NS – TREINAMENTOS E CAPACITAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA, tem como objetivo a capacitação dos servidores, técnicos e representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, contribuindo para o aprimoramento de gestão administrativa eficiente, com o intuito de suprir os anseios de uma sociedade que vislumbra no seu representante a base fundamental com resultados à toda sociedade.

Tendo como objetivo capacitar os participantes para compreender e aplicar as normas e limitações que regem o relacionamento institucional entre a Câmara Municipal e a Justiça Eleitoral em ano eleitoral, assim como as prerrogativas e cuidados necessários na publicidade oficial e comunicação, em conformidade com a legislação vigente, incluindo as disposições da Lei 14.133/21.

Sendo assim, com as orientações transmitidas por meio deste Curso, tona-se possível aos Agentes Públicos atuarem de forma mais eficiente, em respeito aos ditames legais e constitucionais, além de agregarem amplo conhecimento e segurança jurídica para realizarem o controle da Administração Pública Municipal, no intuito de satisfazer o interesse público.